

Igualdade para as mulheres

Uma condição de progresso



A Revolução de Abril, permitindo a consagração de importantes direitos para as mulheres, representou um marco indelével na sua longa luta pela igualdade.

Com a Constituição de 1976, pela primeira vez, a mulher portuguesa vê assegurada a igualdade de direitos e oportunidades e proibidas as discriminações em função do sexo. A maternidade/paternidade foi assumida como função social iminente. Diversificaram-se as escolhas profissionais e foi assegurado na lei o princípio do salário igual a mulheres e homens no exercício da mesma actividade. As mulheres entraram em força no ensino superior e no mercado de trabalho, situando-se hoje a sua taxa de actividade nos 45,8%, uma das mais elevadas da Europa.

Mas muitos direitos alcançados com o 25 de Abril estão por cumprir!

O fosso entre a lei e a prática continua a ser muito grande.

Degrada-se a situação dos trabalhadores e aumentam as discriminações em relação à mulher. Estas são gravemente penalizadas no acesso e na qualidade de emprego.

Aumenta a precariedade de trabalho e o desemprego, particularmente para as jovens e mulheres com mais de 40 anos.

A maternidade passa a ser um obstáculo que o patronato utiliza para inviabilizar o acesso ao trabalho por parte das mulheres que são (ou pretendem vir a ser) mães.

Quando conseguem um emprego, as mulheres sofrem as mais diversas penalizações em função da maternidade e do apoio à família.

- não lhes é paga a remuneração referente ao tempo de dispensa para exercício de direitos como os de consultas pré-natais, de preparação para o parto ou de amamentação/aleitação;

- são preteridas nos prémios de assiduidade e de produtividade;

Continua a pesar sobre elas a maior sobrecarga de trabalho na vida doméstica e familiar. Persistem e por vezes agravam-se os obstáculos à sua participação regular na vida social e política.

É necessário continuar a luta para a plena realização dos direitos e aspirações das mulheres.

Facto inédito em Portugal

50%

dos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu

são Mulheres

CDU

mais Esquerda para construir a igualdade



As discriminações também se medem

- As mulheres constituem a **maioria dos desempregados** - 59,3% (mais de 214 mil);

- Em sectores onde o desemprego feminino não aumentou, aumentou porém a precariedade de emprego das mulheres;

- As formas de trabalho precário e atípico, o trabalho ocasional, à peça, à tarefa e sem protecção social afectam preferencialmente as mulheres;

- As mulheres são 52,5% dos trabalhadores com contrato a termo e representam mais de 60 por cento dos trabalhadores não qualificados da agricultura, da indústria, do comércio e serviços.

- As mulheres ocupam os lugares pior qualificados e remunerados;

- Em 1998, as mulheres obtiveram um ganho médio mensal equivalente a 71,3% dos homens. Ou seja, 27,3 contos abaixo do média mensal total.

- Para a mesma categoria profissional, na mesma empresa, existem remunerações diferenciadas em função do sexo.

- As mulheres são 63% dos trabalhadores a receber salário mínimo nacional.

- 70% das pessoas que vivem sozinhas são mulheres;

- 55% dos idosos vivem no limiar da pobreza, sendo que 60,4% das pessoas com mais de 70 anos são mulheres;

- As mulheres são 66% dos titulares do rendimento mínimo garantido e destas 23,8% têm filhos a cargo.

Na União Europeia também se discrimina

Nos países da União Europeia o panorama não é diferente do nosso:

- O desemprego feminino - em aumento desde a década de 80 - persiste a um nível consideravelmente acima do dos homens, apesar de as mulheres serem predominantes na criação de emprego.

- A concentração de mulheres nos escalões de remuneração mais baixos e a segregação profissional constituem dois factores de persistência das desigualdades salariais.

- São mulheres, 83% dos trabalhadores a tempo parcial, 70% dos trabalhadores familiares e 50% dos trabalhadores temporários. [Ao invés, são homens 75% dos trabalhadores independentes].

- O trabalho a tempo parcial - frequentemente abrangido por contratos a prazo - prevalece nos empregos tradicionalmente femininos e com baixos níveis de remuneração.

- Em 1995, 15% das mulheres com emprego tinham contratos de trabalho a termo certo.

- Das mulheres que trabalham a tempo inteiro, 20 a 40% integram os escalões salariais mais baixos.

- As mulheres ganham em média 20% menos do que os homens, verificando-se as diferenças salariais tanto na indústria como nos serviços.

- As mulheres continuam tradicionalmente a desenvolver actividade nos serviços, nos trabalhos de escritório, no comércio, profissões liberais, empregos técnicos e similares; são os homens que, em contrapartida, ocupam 77% dos lugares de administração e gestão.



É necessário mudar de rumo na construção europeia.



O Governo fala muito **mas** ● ● ●

O Governo fala muito de igualdade. Até *escreveu* um Plano para a Promoção da Igualdade e apresentou uma proposta para impor por lei a participação de 25% de mulheres nas listas dos partidos para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República. Enquanto o PCP defendeu que deveriam ser os partidos a assumir livremente e honrar esse compromisso e, pela sua parte, **cumpriu!**

É este mesmo Governo que é conivente com a violação das leis que consagram os direitos das mulheres. Com as situações de intensificação da exploração da mão de obra, dos ritmos de trabalho e de ausência de liberdade nos locais de trabalho. Que apresenta as leis sobre a imposição e generalização do trabalho a tempo parcial e sobre a perda de dias de férias por motivo de doença e assistência à família que penalizam especialmente as mulheres .

Foi o PS que, aliado ao PSD e ao PP, inviabilizou a reposição nos 62 anos da idade da reforma das mulheres e se tornou responsável pela manutenção do aborto clandestino e pela inviabilização da lei de despenalização pela qual o PCP e o PEV tanto se bateram para acabar com situações de grave risco para as mulheres.

Portugal está na cauda da Europa em matéria de infra-estruturas de apoio à família e o Estado desresponsabiliza-se do alargamento da rede pública do pré-escolar.

A pretexto de «resolver» o problema da conciliação da vida familiar e profissional, o Governo impõe às mulheres a flexibilização dos horários de trabalho, o trabalho a tempo parcial, a desregulamentação das relações laborais.

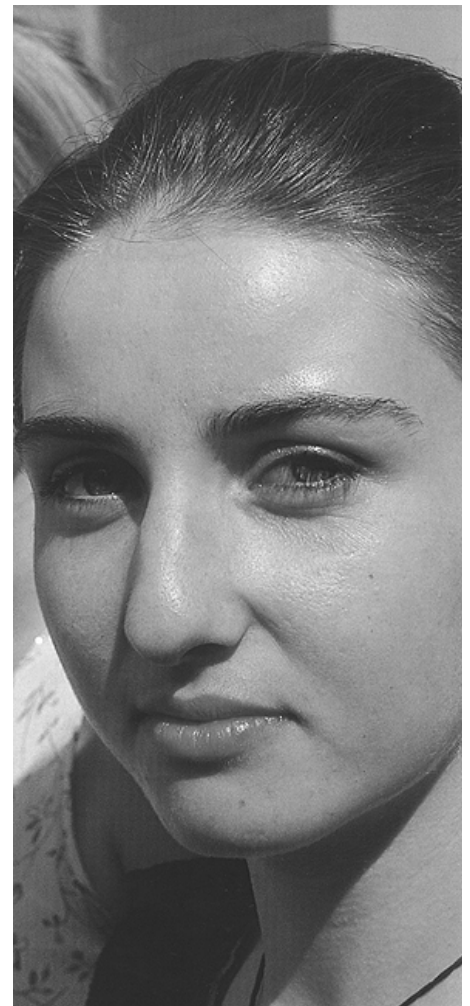
● ● ● **pavimenta os caminhos da discriminação !!!**

Novidade em Portugal:

Metade dos candidatos da CDU são mulheres

Cumprindo o compromisso público de um ainda maior empenho no estímulo à participação das mulheres na vida política, a CDU apresenta 50% de mulheres como candidatas na sua lista ao Parlamento Europeu. E são também 50% nos quatro e nos dez primeiros lugares da lista.

A CDU é a única força que apresenta uma mulher - **Ilda Figueiredo**, economista - como cabeça da sua lista que integra também **Manuela Cunha**, animadora cultural, **Maria Graciete Cruz**, empregada e dirigente sindical, **Maria Odete Santos**, advogada e deputada, **Maria Rosa Colaço**, escritora, **Alice Vieira**, escritora, **Maria Luísa Faria**, advogada, **Susana Fonseca**, arqueóloga, **Carmen Francisco**, deputada, **Graça Mexia**, psicóloga, **Beatriz Matias**, psicóloga, **Maria do Loreto**, engenheira silvicultora, **Maria Joana Silva**, estudante, **Vanda Santos**, estudante, **Fátima Garcia**, empregada de escritório, **Maria Alcina Fernandes**, advogada.



As mulheres podem confiar na CDU

Foi graças à luta do PCP, e também do Partido Ecologista "Os Verdes", e à sua persistente intervenção nas instituições e fora delas, que foram consagradas importantes leis em defesa dos direitos das mulheres.

No Parlamento Europeu, os deputados eleitos pela CDU, integrados no Grupo Confederal da Esquerda Unitária, têm apresentado propostas visando a igualdade de remunerações, nomeadamente ao nível dos subsídios de desemprego e outras reformas; a revalorização das profissões femininas nas negociações colectivas; a licença parental; a igualdade de oportunidades na função pública; protecção às famílias monoparentais; o combate à violência sobre as mulheres.

Na Assembleia da República, em anteriores legislaturas, foi da iniciativa dos deputados do PCP que resultaram:

- a lei de protecção e defesa da maternidade-paternidade;
- o direito ao planeamento familiar e educação sexual;
- o direito do pai assistir ao parto hospitalar;
- direito da mãe/pai acompanhar o filho hospitalizado;
- medidas de protecção à mulher vítima de violência

Entre 1995 e 1999, o PCP apresentou e conseguiu fazer aprovar projectos de lei, visando:

- a proibição da discriminação salarial dos jovens na fixação do salário mínimo nacional;
- o reforço dos direitos das associações de mulheres;
- a garantia do direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego;
- o reforço dos direitos sexuais e reprodutivos;
- a garantia de alimentos devidos a menores;



- a criação de uma licença especial para assistência a menores portadores de deficiência profunda.

O PCP apresentou também na Assembleia da República um projecto de lei relativo à garantia do direito à licença especial nas situações de gravidez de risco.

O Partido «Os Verdes» apresentou e conseguiu que fossem aprovados na generalidade os seus projectos sobre o alargamento dos direitos das pessoas vivendo em união de facto e sobre a criação de uma rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência.

Em 13 de Junho

Mais CDU

**melhor Portugal
novo rumo para a Europa**



Ilda Figueiredo

Cabeça de lista da CDU
nas eleições para o Parlamento Europeu

Em Portugal e no Parlamento Europeu, vamos continuar a empenhar-nos activamente na luta pelos direitos e aspirações das mulheres, por uma vida menos sobrecarregada e mais liberta de dificuldades e discriminações.

Lutaremos por novas políticas, orientações e medidas concretas que, em Portugal e na Europa, favoreçam a igualdade e a plena afirmação dos direitos das mulheres no trabalho, na família e na sociedade.

Em 13 de Junho, não se esqueça: não vamos eleger nenhum Presidente do Parlamento Europeu. Vamos sim eleger os 25 deputados portugueses ao Parlamento Europeu e todos os votos contam para isso. E, quanto mais votos a CDU tiver e mais deputadas e deputados eleger, melhor os interesses de Portugal e os direitos das mulheres serão defendidos, cá dentro e lá fora.

Contamos consigo.

